CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA**Aviso n.º 19 696/2007**

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por meu despacho de 13 de Junho de 2007, proferido no âmbito de competência delegada pela Câmara Municipal, vai proceder-se à discussão pública relativa à alteração ao loteamento n.º 14/06, em que é interessado Excelso Correia Lages, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil posterior à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis, das 8 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos, na Divisão de Obras Particulares Planeamento e Gestão Urbanística, sito no Largo de Calouste Gulbenkian, em Caminha.

1 de Outubro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Júlia Paula Costa*.

2611053360

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**Aviso n.º 19 697/2007****Concursos internos de acesso geral**

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. Nestes termos, torna-se público que se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concursos internos de acesso geral para provimento dos seguintes lugares:

Grupo de pessoal técnico superior:

Referência A — um lugar de técnico superior principal da carreira de arquitecto, área funcional de arquitectura, por meu despacho de 21 de Agosto, para desempenhar funções na Divisão de Planeamento e Desenvolvimento, localizado em edifício da Câmara Municipal;

Referência B — um lugar de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de relações públicas, por meu despacho de 22 de Agosto, para desempenhar funções no Gabinete de Relações Públicas, localizado no edifício sede da Câmara Municipal;

Grupo de pessoal técnico-profissional:

Referência C — um lugar de técnico profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional de biblioteca e documentação, por meu despacho de 21 de Agosto, para desempenhar funções no serviço de biblioteca, localizado no edifício da Biblioteca Municipal de Esposende.

1 — Validade — os concursos são válidos até ao preenchimento dos lugares para os quais foram abertos.

2 — Legislação aplicável — os concursos regem-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 248/85, de 15 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 247/91, de 10 de Julho.

3 — Requisitos de admissão — poderão candidatar-se todos os funcionários, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, que reúnam, até ao termo do prazo de admissão de candidaturas, os requisitos previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugados com os previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, para as carreiras técnicas superiores, e pelo artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho, para a carreira técnico-profissional.

4 — Formalização de candidaturas — mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara e enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para a Câmara Municipal de Esposende, Praça do Município, 4740-223 Esposende, ou entregue pessoalmente no Serviço de Gestão, Recrutamento e Selecção de Pessoal desta

Câmara Municipal, todos os dias úteis das 8 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Habilitações literárias;
- c) Lugar a que se candidata, com referência ao *Diário da República* em que for publicado o aviso;
- d) Indicação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública e especificações das tarefas inerentes às respectivas funções;
- e) Classificação de serviço dos últimos três anos;
- f) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou constituírem motivo de preferência legal, devidamente comprovadas.

Ao requerimento deverão anexar o currículo profissional detalhado e assinado devidamente comprovado, bem como certificado de habilitações literárias, bilhete de identidade, cartão de contribuinte e, no caso de funcionários pertencentes a outros serviços, declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a existência e natureza do vínculo à função pública, identificação da actual categoria e respectiva antiguidade e classificação de serviço nos últimos três ou cinco anos. Os candidatos que sejam funcionários da Câmara Municipal de Esposende estão dispensados da apresentação dos documentos que constem do seu processo individual.

Os candidatos que possuam tempo de serviço que não tenha sido objecto de classificação/avaliação deverão solicitar ao júri do concurso, no momento da apresentação da candidatura, o suprimento da avaliação através de ponderação curricular, de acordo com o disposto no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, aplicável à administração local *ex vi* do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho.

5 — Os métodos de selecção a utilizar em todos os concursos serão avaliação curricular e prova teórica escrita de conhecimentos gerais, com a pontuação máxima de 20 valores, distribuída da seguinte forma, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação final inferior a 9,5 valores, nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

5.1 — As provas de conhecimentos gerais revestirão a natureza de prova teórica sob a forma escrita, com a duração de sessenta minutos, considerando-se excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores, e terá por referência os seguintes temas: Código do Procedimento Administrativo — Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pela Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro; quadro de competências, bem como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos da administração local — Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais — Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão, e normas vigentes no contexto da modernização administrativa — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março; acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização — Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto; regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 117/99, de 11 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio; Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro; deontologia do serviço público; regras e princípios gerais em matéria de duração e horário de trabalho na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto.

5.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, assim como o sistema de classificação final, constam de actas de reuniões dos respectivos júris, constantes dos processos de concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

5.3 — A classificação final (*CF*) será expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultando da seguinte fórmula, considerando-se não aprovados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = (AC \times 60 + PCG \times 40) / 100$$

6 — As relações de candidatos admitidos e as listas de classificação final serão afixadas no Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Esposende.

7 — Júris dos concursos:

Referência A:

Presidente — Vereador Dr. Jorge Alves Cardoso.

Vogais efectivos — Chefe da DPD, arquitecta Ana Maria Ferreira Valente, e técnico superior principal arquitecto Lúcio Rodrigues Parente.

Vogais suplentes — Técnico superior principal arquitecto José da Silva Ferreira e técnico superior assessor principal arquitecto Paulo Alexandre Lima Guerreiro.

Referência B:

Presidente — Vereador Dr. Jorge Alves Cardoso.

Vogais efectivos — Chefe da DCT, Dr. Rui Manuel Cavalheiro Cunha, e chefe da DARH, Dr.ª Carla Manuela Brito da Silva Dias.

Vogais suplentes — Técnica superior principal Dr.ª Marlene Flor Silva Sousa e técnica superior de 1.ª classe Dr.ª Anabela Jesus Lemos Rosário Faria.

Referência C:

Presidente — Vereadora Dr.ª Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues de Barros Zão.

Vogais efectivos — Chefe da DCT, Dr. Rui Manuel Cavalheiro Cunha, e técnica superior assessora Dr.ª Maria Luísa Leite da Silva.

Vogais suplentes — Técnica superior de 1.ª classe Dr.ª Ana Cristina Lemos Ferreira e técnica profissional de 1.ª classe Susana Maria Cepa Martins.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

8 — Para efeitos de recrutamento foi consultada, em 5 de Julho de 2007, a bolsa de emprego público, tendo-se verificado não existir pessoal em situação de mobilidade especial, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo que foram emitidas, pela DGAEF, declarações de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

27 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.

2611053402

CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Aviso n.º 19 698/2007

Licenciamento de alteração de loteamento urbano — Cruzes-Idães
Discussão pública

A Dr.ª Fátima Felgueiras, presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, torna público que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorre por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República* o período de discussão pública relativa à operação de alteração de loteamento requerida por Fernando Augusto Pinto Cunha para o lote 9 do loteamento com o alvará n.º 14/97, emitido em nome de Casimiro Gomes Lobão.

É alterada a mancha de implantação do anexo prevista para a construção do referido lote, tendo merecido os pareceres favoráveis do Departamento de Planeamento desta Câmara.

Durante o prazo acima referido o processo estará disponível para consulta no Gabinete de Atendimento Municipal desta Câmara, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas por escrito à presidente da Câmara Municipal de Felgueiras.

Para constar e devidos efeitos se lavrou o presente aviso, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

27 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Fátima Felgueiras*.

2611053300

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso n.º 19 699/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 25 de Setembro de 2007, e usando da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Fevereiro, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de relações internacionais (estagiário) do quadro de pessoal do município de Freixo de Espada à Cinta.

Nos termos do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foram efectuadas consultas na BEP em 18 de Setembro do ano em curso, verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial prevista nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, tendo a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público emitido a respectiva declaração de inexistência de pessoal.

O concurso é aberto nas seguintes condições:

1 — Prazo de validade — o concurso é válido para o provimento da vaga anunciada, cessando com o seu preenchimento.

2 — O concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 238/99, de 25 de Junho, que adaptou à administração local o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 404-/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 265/88, de 28 de Julho.

3 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

3.1 — Requisitos gerais — os mencionados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

3.2 — Requisitos especiais — podem concorrer os indivíduos habilitados com licenciatura em área de formação adequada ao conteúdo funcional do lugar a prover.

4 — Conteúdo funcional — a actividade englobada no conteúdo funcional de técnico superior de relações internacionais, constante do despacho n.º 20 159/2001 (2.ª série), de 25 de Setembro, sem prejuízo de atribuição de tarefas de complexidade e responsabilidade equiparáveis, não expressamente mencionadas.

5 — Local de trabalho — área do município de Freixo de Espada à Cinta.

6 — Remuneração — (estagiário) escalão 1, índice 321, a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de € 1048,87.

7 — Formalização das candidaturas — deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Avenida de Guerra Junqueiro, 5180-104 Freixo de Espada à Cinta, remetido pelo correio até ao termo do prazo fixado, sob registo com aviso de recepção, ou entregue pessoalmente na Secção de Pessoal na Câmara Municipal, devendo do mesmo constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, data de nascimento, filiação, nacionalidade, estado civil, morada completa, telefone, profissão, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número de contribuinte fiscal e situação militar);

b) Habilitações profissionais;

c) Identificação completa do concurso a que se candidata mediante referência ao número e à data do *Diário da República* onde foi publicado o aviso;

d) Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* detalhado, actualizado e assinado;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte fiscal.

9 — A não apresentação dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão do concurso.